



**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETO Nº 976/2020**

**APROVA INSTRUÇÃO NORMATIVA, PROPOSTA PELA  
SECRETARIA DE FAZENDA DE SANTA MARIA DE  
JETIBÁ.**

O Prefeito de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a CI/PMSMJ/CONTROLADORIA GERAL Nº014/2020, protocolizada em 28/02/2020, sob o nº 002308/2020;
- considerando a Resolução 227/11 e alterações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;
- considerando que o Controle Interno previsto no art. 2º, incisos I a XLI da Lei Municipal 1464/2012 deve ser regido por normas de procedimentos específicos para execução das atividades setoriais;
- considerando finalmente o disposto nos art.53, 56, incisos I, IV, Art.72, incisos VI, XXIV, XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

**DECRETA**

**Art. 1º.** Fica aprovada a Instrução Normativa da Secretaria de Fazenda, fazendo parte deste decreto:


**INSTRUÇÃO NORMATIVA SISTEMA FINANCEIRO - SFI – 002/2020 – VERSÃO 01 -  
"Ordem Cronológica de Pagamentos das Obrigações Financeiras do Município  
de Santa Maria de Jetibá - ES".**

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art.3º.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.**

Santa Maria de Jetibá-ES, 22 de Dezembro de 2020.

  
**HILÁRIO ROEPKE**  
Prefeito Municipal



## Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE FAZENDA  
INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - 002/2020  
VERSÃO - 01

**"Ordem Cronológica de Pagamentos das Obrigações Financeiras do Município de Santa Maria de Jetibá - ES".**

### **CAPÍTULO I DA FINALIDADE**

**Art. 1º.** Esta Instrução Normativa tem por finalidade disciplinar as rotinas e procedimentos para cumprir a observância da Ordem Cronológica de Pagamentos das Obrigações Financeiras relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, no Município de Santa Maria de Jetibá - ES.

### **CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA**

**Art. 2º.** A presente Instrução Normativa abrange todas as Unidades da Estrutura Organizacional, das Administrações Direta e Indireta, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Santa Maria de Jetibá - ES.

### **CAPÍTULO III DA BASE LEGAL**

**Art. 3º.** A presente Instrução Normativa Integra um conjunto de ações, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal, no sentido de disciplinar as rotinas e procedimentos para cumprir a observância da Ordem Cronológica de Pagamentos das obrigações financeiras relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, sobre o qual dispõem:

I. Artigo 5º da Lei nº 8.666/1993;

II. Lei nº 10.520/2002;

III. Lei nº 4.320/1964.

### **CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES**

**Art. 4º.** São responsabilidades da Secretaria Municipal da Fazenda como unidade responsável pela Instrução Normativa:

I. Promover a divulgação e implementação desta Instrução Normativa, mantendo-a atualizada e supervisionando sua aplicação;

II. Manter a Instrução Normativa à disposição de todas as Secretarias Municipais, zelando pelo fiel cumprimento da mesma;

III. Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos de controle e prazos e quanto à padronização dos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

### **CAPÍTULO V DOS PROCEDIMENTOS Sessão I – liquidação**

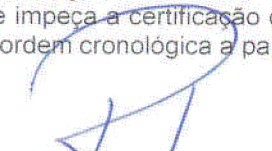
**Art. 5º.** Respeitada a Ordem de classificação dos créditos, será realizada a Liquidação Contábil da despesa, de acordo com o Artigo 63 da Lei nº 4.320/1964.

**Art. 6º.** A Ordem Cronológica de exigibilidade das Obrigações financeiras terá início na data do registro contábil da Liquidação da Despesa e será suspensa até que:

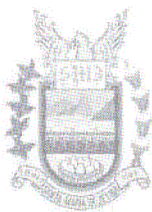
I. Efetuada a Entrega por parte do fornecedor, de toda documentação exigida pelas normas em vigor;

II. Sanadas as pendências relativas à execução do contrato;

III. Regularizada qualquer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação, momento em que o fornecedor será reposicionado na ordem cronológica a partir de sua regularização.

  
Hilário Reepke  
Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE FAZENDA  
INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - 002/2020  
VERSÃO - 01

**Art. 7º.** O fiscal do contrato adotará as providências necessárias para concluir a etapa da liquidação com a certificação do adimplemento da obrigação, no período estipulado no instrumento contratual, e ao final atestar a despesa na Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente.

**Art. 8º.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser remetida à Secretaria Municipal da Fazenda no dia do atesto ou com justificativa, no dia útil imediatamente posterior ao de atesto para a liquidação contábil da despesa.

**Sessão II – Pagamento**

**Art. 9º.** O pagamento das obrigações contratuais deverá observar a Ordem Cronológica de exigibilidade, relativas ao:

- I. Fornecimento de bens,
- II. Locações,
- III. Realização de obras e
- IV. Prestação de serviços e se dará:

- a) Por Unidade Gestora;
- b) Por Fonte de Recursos;
- c) Por data do registro contábil da Liquidação da despesa em sistema informatizado, de acordo com o Artigo 63 da Lei nº 4.320/1964.

**Art. 10.** Os credores de contratos a serem pagos com recursos vinculados à finalidade ou despesa específica serão ordenados em listas próprias para cada convênio, contrato de empréstimo ou de financiamento, fundo especial ou outra origem específica do recurso, cuja obtenção exija vinculação.

**Art. 11.** No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da Ordem Cronológica.

**Art. 12.** A quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos somente ocorrerá quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente.

**§ 1º.** Consideram-se relevantes razões de interesse público as seguintes situações:

- I. Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- II. Pagamento à microempresa, empresa de pequeno porte e demais beneficiários do Decreto no 8.538 de 6 de outubro de 2015, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- III. Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- IV. Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional;
- V. Para afastar o risco de prejuízo ao erário, se houver indícios de falsidade ou de irregularidade grave da liquidação da despesa que resulte em fundada dúvida quanto à certeza e liquidez da obrigação de pagar;
- VI. Perda da regularidade fiscal após a liquidação da despesa e antes da realização do pagamento.

**§ 2º.** Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o Poder Executivo deverá disponibilizar mensalmente no Portal da Transparência a Ordem Cronológica de Pagamentos, bem como as justificativas que fundamentam a eventual quebra da ordem.

  
Hilario Roepke  
Prefeito Municipal





**Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**SECRETARIA DE FAZENDA**  
**INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - 002/2020**  
**VERSÃO - 01**

**Sessão III — Não se Aplica a Esta Normativa**

**Art. 13.** Não se sujeitarão ao disposto nesta Instrução Normativa os pagamentos decorrentes de:

- I. Suprimento de Fundos, assim considerados as despesas realizadas em regime de adiantamento, nos termos do Artigo 68 da Lei Federal nº 4.320/1964;
- II. Obrigações Tributárias e Previdenciárias;
- III. Sentenças e decisões Judiciais ou Notificações do Tribunal de Contas;
- IV. Concessionárias de serviços públicos de água, luz, telefonia e correios;
- V. Vale Transporte e Vale Alimentação;
- VI. Despesas provenientes de créditos adicionais extraordinários;
- VII. Despesas com Publicações em Diário Oficial e outras publicidades de interesse público;
- VIII. Pagamento de Pessoal.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**Art. 14.** Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto a Secretaria Municipal da Fazenda e na Unidade Central de Controle Interno que, por sua vez, através de procedimentos de controle e por meio de métodos de amostragem, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

**Art. 15.** Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizacionais, legais ou técnicos assim o exigirem, a fim de verificar a sua adequação aos requisitos da Instrução Normativa SCI nº 01/2013 (Norma das Normas), bem como manter o processo de melhoria contínua.

**Art. 16.** O descumprimento do previsto nos procedimentos aqui definidos será objeto de instauração de sindicância e do processo administrativo disciplinar para apuração da responsabilidade da realização do ato contrário às normas instituídas.

**Art. 17.** A realização de procedimentos de todas as unidades envolvidas, sem a observância das tramitações, registro e controles estabelecidos nesta Instrução Normativa estará sujeita à responsabilização administrativa, sem prejuízo das demais sanções legais.

**Art. 18.** Toda e qualquer irregularidade encontrada pelos servidores responsáveis pela Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Santa Maria de Jetibá, bem como nas demais unidades sujeitas à observância desta Instrução Normativa, deverão obrigatoriamente ser comunicadas à autoridade competente, bem como à Unidade Central de Controle Interno — UCCI.

**Art. 19.** As Unidades da estrutura organizacional do município se obrigam a cumprir e zelar pelo fiel cumprimento dos procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

**Art. 20.** A não observância das condições e procedimentos estabelecidos nesta Instrução Normativa constitui omissão de dever funcional, e poderá sujeitar os servidores e agentes que procederam indevidamente a imputação de responsabilidade, sem prejuízo de outras medidas administrativas.

**Art. 21.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria de Jetibá — ES, em 22 de Dezembro de 2020.

  
**HILARIO ROEPKE**  
Prefeito Municipal

  
**VALDECIR JACOB**  
Secretário de Fazenda



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE FAZENDA  
INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - 002/2020  
VERSÃO - 01

ANEXO I  
ORDEM CRONOLÓGICA DE EXIGIBILIDADES

Categoria: I - Fornecimentos de Bens - Competência: Mês ____									
Empenho	Nº Liquidação	Data	Nº Pagamento	Credor	Processo	Vir. Liquidado	Vir. Liquidado Anulado	Vir. Desconto	Vir. Pago

Categoria: II - Locações - Competência: Mês ____									
Empenho	Nº Liquidação	Data	Nº Pagamento	Credor	Processo	Vir. Liquidado	Vir. Liquidado Anulado	Vir. Desconto	Vir. Pago

Categoria: III - Realização de Obras - Competência: Mês ____									
Empenho	Nº Liquidação	Data	Nº Pagamento	Credor	Processo	Vir. Liquidado	Vir. Liquidado Anulado	Vir. Desconto	Vir. Pago

Categoria: IV - Prestação de Serviços - Competência: Mês ____									
Empenho	Nº Liquidação	Data	Nº Pagamento	Credor	Processo	Vir. Liquidado	Vir. Liquidado Anulado	Vir. Desconto	Vir. Pago

  
Hilario Roepke  
Prefeito Municipal

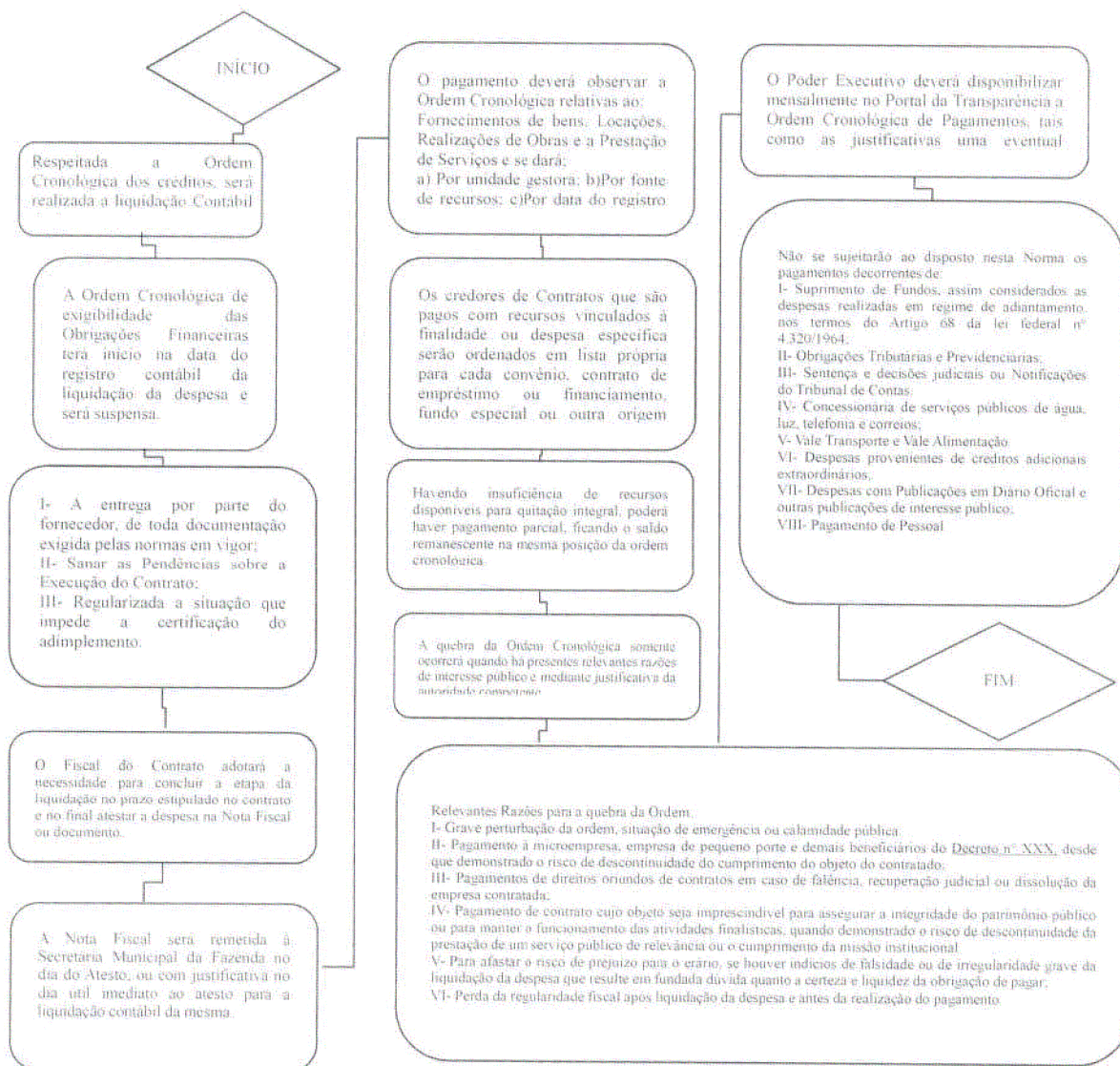




Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE FAZENDA  
INSTRUÇÃO NORMATIVA SFI - 002/2020  
VERSÃO - 01

FLUXOGRAMA



  
Hilario Roepke  
Prefeito Municipal

